

A. I. N° - 118973.0059/03-4
AUTUADO - ROMILDO MOREIRA DE FREITAS
AUTUANTE - THILDO DOS SANTOS GAMA
ORIGEM - INFAZ BONOCO
INTERNET - 21. 09. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0350-04/04

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária, no caso o das saídas. **b)** MERCADORIAS AINDA EXISTENTES FISICAMENTE EM ESTOQUE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Nessa situação, deve-se exigir o tributo do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável tributário. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/08/03, cobra o imposto no valor de R\$4.079,07 acrescido da multa de 70%, em decorrência da:

1. Falta de recolhimento do ICMS constatado pelas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de saídas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício aberto (01/01/03 a 28/03/03) – R\$3.014,90;
2. Falta de recolhimento do ICMS pela constatação da existência de mercadorias em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadoria em exercício aberto (01/01/03 a 28/03/03) – R\$1.064,17.

O autuado impugnou o lançamento fiscal (fls. 62/63), afirmando de que o mesmo não poderia subsistir. Dizendo que a documentação da empresa estava à disposição do fisco estadual, argüiu que diferenças encontradas no período eram extremamente menores, vez que o autuante não teve em suas mãos todos os elementos necessários á execução da auditoria. Que os dados corretos estavam, todos, nos arquivos do SINTEGRA, recepcionados pela Secretaria da Fazenda em 16/09/03, conforme cópia que anexou aos autos.

Solicitou revisão do lançamento fiscal e a improcedência ou procedência parcial da autuação.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 77), entendeu que o contribuinte trouxe e/ou mostrou novos mecanismos de apuração de um levantamento fiscal, através do SINTEGRA (operacionalizado em 16/09/03 e o Auto de Infração lavrado em 19/08/03), no intuito de procrastinar todo o processo fiscal e não trouxe qualquer subsídio para minorar o valor do débito fiscal.

Requeru a procedência total da autuação.

Após informação fiscal, o advogado da empresa anexou aos autos documento de outorga para representá-la na presente lide (fls. 83/85).

Na fase de instrução processual, os autos foram submetidos à apreciação dos componentes da 1ª JF, que após discussão, decidiram enviá-lo à ASTEC/CONSEF, objetivando que fosse verificada a possibilidade, ou não, do levantamento ter sido realizado por espécie e não por gênero de mercadorias. Também foi solicitado que o autuante anexasse aos autos o Termo de Início de Fiscalização ou outro que viesse a supri-lo, conforme determinações do art. 26, do RPAF/99 (fl. 88).

Revisor fiscal, através do parecer ASTEC nº 0019/2003 (fls. 90/92), após analisar toda a documentação da empresa chegou a conclusão de que:

1. Pela codificação registrada no livro de Inventário e cupom fiscal de vendas era possível fazer o levantamento fiscal por espécie, identificando o produto por tipo, marca e modelo.
2. Pela codificação registrada nas notas fiscais de compras e codificação registrada no livro de inventário e cupons fiscais de vendas não era possível fazer o levantamento fiscal por espécie, uma vez que alguns produtos identificados como sandália foi codificado como tênis, sandália como chinelo, tamanco como sandália e alguns produtos não foi possível identificar por tipo, marca e modelo.

Concluiu que não era possível fazer o levantamento fiscal por espécie, o que indicava ser o levantamento por gênero mais adequado para não gerar inconsistências.

Chamado para tomar conhecimento do Parecer emitido pela ASTEC/CONSEF (fls. 144/146) o autuante apenas após seu ciente. O autuado manifestou-se (fls. 148/149) afirmando que a diligência fiscal era imprestável, com base na ratificação de sua posição de que os dados manipulados pelo autuante foram insuficientes e que os mesmos estavam corretamente informados à Secretaria da Fazenda, através do SINTEGRA, em 16/09/03. Renovou seu pedido de diligência.

Contestou, ainda, a afirmativa do fiscal estranho ao feito da impossibilidade de se fazer à auditoria por espécie. Disse que no sistema SINTEGRA, que lista nota por nota e produto por produto, não existiam as divergências de códigos apontadas. A codificação adotada pela empresa, constante de seus arquivos magnéticos e livro Registro de Inventário possuía estreita e clara relação com aquela adotada pelos fabricantes. Asseverou que se o fisco desejasse poderia, a partir do inventário, fazer uma perfeita correspondência entre os registros de saídas e entradas, que são unificados no livro Registro de Inventário. A título de exemplo, citou o produto “chinelo Marca Grendene”, afirmando que as mudanças dos códigos feitas pela empresa autuada a partir das entradas atendem, ao contrário do que presumiu a ASTEC, a necessidade de melhor identificação das mercadorias, pois os fabricantes alteram os códigos de acordo, com as estações ou coleções. Além do mais, continuou, como o sistema SINTEGRA realiza o "casamento" entre os códigos, não existia a menor possibilidade de o fisco ser prejudicado numa auditoria por espécie, apesar de não ter sido este o motivo da contestação do Auto de Infração, o que tornava a diligência feita pela ASTEC inócua.

Solicitou nova diligência fiscal.

Como o autuante não anexou aos autos o Termo de Início de Fiscalização, mais uma vez a 1ª JF baixou o processo em diligência (fl. 154). O autuante o anexou à fl. 158. Chamado para tomar

conhecimento da solicitação feita por este Colegiado, o autuado se manifestou (fls. 163/164), ratificando seu posicionamento anterior e reafirmando que sua defesa não se baseou na ausência de padronização das mercadorias e sim na insuficiência dos dados utilizados pelo autuante, cujos elementos corretos se encontravam, todos, nos arquivos do SINTEGRA, recepcionados pela Secretaria da Fazenda em 16/9/2004. E, de novo, reafirmou que a diligência realizada pela ASTEC/CONSEF não cumpriu seu papel.

VOTO

Quando da fase de instrução processual, constatei que aos autos não foi anexado o Termo de Início de Fiscalização. Embora o Auto de Infração tenha decorrido de um pedido de baixa de inscrição estadual, quando a empresa autuada apresentou os estoques finais de mercadorias existentes em 28/2/2003, era necessária a formalização do lançamento tributário. Este problema foi sanado através de diligência solicitada pela 1ª JJF.

No mais, o presente Auto de Infração cobra imposto apurado através de levantamento quantitativo dos estoques por espécie de mercadorias em exercício aberto. Foi detectada a falta de recolhimento do ICMS constatado pelas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária, o das saídas, bem como pela constatação da existência de mercadorias em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário.

Antes de adentrar na discussão da lide, cumpre observar que em um levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias é necessária a ocorrência de uma correlação da codificação ou da descrição das mesmas. Esta correlação deve ser feita através da nota fiscal de entrada, da nota fiscal ou cupom fiscal de saída e do inventário. Caso contrário, torna a auditoria inconsistente. Diante desta situação, o art. 3º, item III da Portaria nº 445/98 determina textualmente: *nos casos em que o contribuinte não especifique com exatidão as mercadorias comercializadas, ou quando uma mercadoria possa ser identificada por mais de uma denominação, ou ainda quando determinada mercadoria comporte vários subgrupos ou diversas referências, deve-se fazer o agrupamento de cada item de forma a reunir num mesmo item todas as espécies de mercadorias afins*. Ou seja, o levantamento quantidade deverá ser feito por gênero de mercadorias.

Assim, passo ao mérito da lide.

O autuante com a documentação apresentada pela empresa elaborou um levantamento fiscal, agrupando as mercadorias em 10 itens (alparcata, bota, chinelo, chuteira, sandália, sapatilha, sapato, scarpin, tamanco e tênis). O defendente alegou que o procedimento fiscal era equivocado, pois havia entregado à Secretaria da Fazenda, em 16/9/2003, seus arquivos magnéticos, onde estavam especificados, por espécie, através dos seus códigos, todas as mercadorias contidas nas notas fiscais, tanto de entrada como de saídas. Que estes códigos poderiam ser correlacionados com o seu inventário, não existindo erro. Neste sentido requereu, por diversas vezes, diligência fiscal. Inclusive, afirmou, a que foi solicitada por este Colegiado foi “inócua”, já que não foi solicitada de acordo com o seu pedido.

Este argumento, não posso considerar na presente lide. O levantamento fiscal foi realizado em 19/8/2003. Em 21/8/2003 o autuado recebeu o Auto de Infração e todos os documentos a ele pertinentes. Com este material, em 16/9/2003, enviou à Secretaria da Fazenda seus arquivos magnéticos, ou seja, após autuação. Ao lado desta constatação e como os arquivos magnéticos devem obrigatoriamente ser o espelho dos livros e documentos fiscais e como a autuação neles foi baseada, pois, à época, tais arquivos não existiam no órgão fazendário, o que prevalece é a escrita fiscal da empresa, por ela própria constituída. Inclusive, se houver a confrontação dos arquivos

magnéticos com a documentação fiscal da empresa e caso os dados destes arquivos estejam corretos, como dito, e a escrita fiscal não, poderá haver outra infração, que ora não está em discussão.

Isto posto, na fase de instrução processual observei que havia indicação dos códigos das mercadorias no inventário de 31/12/2002 e naquele produzido pelo autuado como seus estoques finais e não existia cópia dos documentos fiscais (entradas e saídas). Os autos foram baixados em diligência para que fiscal estranho ao feito analisasse se, pela documentação da empresa, haveria ou não condições de o levantamento ter sido realizado por espécie e não englobando mercadoria por seu gênero. Foi solicitado, ainda, que o parecer estivesse embasado em provas materiais. O diligente fiscal na conclusão do seu opinativo, entendeu que o levantamento quantitativo somente poderia ter sido realizado conforme feito, vez que constatou:

1. a codificação registrada no livro Registro de Inventário (fls. 28/ 35) era idêntica a codificação registrada nos cupons fiscais de vendas de mercadorias (fls. 98/105);
2. com base nas notas fiscais de entradas, todas as mercadorias apresentavam dificuldades de serem identificadas, tais como:
 - Diversos chinelos da Marca Grendene, modelo Ipanema, constantes da Nota Fiscal nº 770664 apresentavam códigos 5320, 5766 e 6466. No inventário (fl. 28), o mesmo modelo se encontrava com os códigos 6380, 6410, 6411, com identificação de nº 6518, 6581 e 5748, respectivamente. Com isto, não foi possível estabelecer uma relação precisa entre o modelo da compra, codificação do inventário e nos cupons fiscais de saídas;
 - Produtos identificados como “sandália” das notas fiscais nº 733091, 131279, 740240, 740239 e 779825 foram codificados respectivamente, da primeira como “tênis” e as demais como “chinelos”. Aquelas constantes das notas fiscais nº 39394, 2789, 407 e 1504 foram apenas identificados os fabricantes (Luigi, Minas Sul, LB, Ely Shoes e Oliman). Não encontrou no inventário, e nas saídas, códigos que pudessem identificá-los;
 - Produtos identificados como “tamancos”, constantes das notas fiscais nº 730154, 122954, 330982, 331052, 381342, 410837 e 411138 foram codificados no inventário e nos cupons fiscais de saídas como “sandálias”. Aqueles constantes das notas fiscais nº 334203, 498738, 201674, e 198940, não foi encontrado no inventário, e nas saídas, código que pudesse identificá-los;
 - Produto identificado como “tênis” na Nota Fiscal nº 13366. Não foi encontrado código que pudesse identificá-lo, tanto no inventário como nos documentos fiscais de saídas. De igual forma, aqueles constantes da Nota Fiscal nº 249047 apresentava código 734107. No inventário e nas saídas identificou código 734106, sem identificação com o primeiro. E, os adquiridos através das notas fiscais nº 257, 10420, 2084, 13217, 3251 e 3640, não encontrou no inventário, e nas saídas, código ou marca que pudessem identificá-los.

Ao lado destas informações, elaborou demonstrativo (fls. 93/94) da sua análise de correlação das entradas, do inventário e das saídas, por produto, marca e modelo das mercadorias.

O impugnante tomando conhecimento da conclusão a que chegou a ASTEC/CONSEF sobre a matéria em lide, reafirmou sua posição quanto aos arquivos magnéticos, discussão já ultrapassada, e afirmou que o diligente havia “confundindo toda a sistemática de codificação da empresa”. Deu exemplo com o chinelo marca Grandene. Sobre este exemplo observo que em momento algum o diligente disse que o código de saída não coincidia com o inventário. Disse, sim, que os códigos consignados no documento de entrada não era o mesmo do inventário, o que dificultava sua identificação. Além do mais existiam no inventário outros códigos.

Com todas estas constatações, o levantamento quantitativo dos estoques somente poderia ter sido feito conforme realizado. Não houve contestação quanto ao preço médio unitário.

Diante do exposto, o lançamento fiscal é mantido e meu voto é pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 118973.0059/03-4, lavrado contra **ROMILDO MOREIRA DE FREITAS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.079,07**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2004.

ANTOÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS – RELATORA

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR